

A INSERÇÃO DAS ATIVIDADES NÃO AGRÍCOLAS NO CAMPO A PARTIR DA PAC (POLÍTICA AGRÍCOLA COMUM) E DO AGRO-HIDRONEGÓCIO

SOUSA, Raimunda Aurea Dias de¹

Recebido (Received): 2017-09-25 Aceito (Accepted): 2019-02-05

DOI:

Resumo

Os modelos agrícolas, que têm norteado o campo no contexto contemporâneo, como a *PAC* europeia (Política Agrícola Comum) e o *Agro-Hidronegócio* no Polo Juazeiro/Petrolina, são modelos de agricultura contraditórios e antagônicos, pois, ao passo que incentivam uma agricultura empresarial e competitiva, fingem proteger a agricultura familiar, cada vez mais marginal e residual. Sob o estímulo da competição, a *PAC* e o *Agro-Hidronegócio* com aparato cada vez mais moderno têm elevado sua produção e produtividade, fato que tem implicado em uma maior concentração na produção e propriedade e uma crescente proletarianização dos camponeses e pequenos produtores. Dentro desse contexto, a pesquisa foi norteada pelo objetivo de entender como a Política Agrícola Europeia e o *Agro-Hidronegócio* incentivaram e incentivam a inserção de atividades não agrícolas no campo, conduzindo os trabalhadores do espaço rural a um trabalho cuja finalidade não é valor de uso e sim valor de troca.

Palavras-chave: *PAC*. *Agro-hidronegócio*. Agrário. Agrícola. Rural.

THE INSERTION OF NON-AGRICULTURAL ACTIVITIES DUE TO CAP (COMMON AGRICULTURAL POLICY) AND THE HYDRO ENERGY BUSINESS

Abstract

The agricultural models which have guided the field in the contemporary context, such as CAP (common agricultural Policy) and the Agro- hydro power business in Petrolina/Juazeiro Pole, are often contradictory and antagonistic farming models, whereas they encourage business and competitive agriculture, they pretend to protect the family farming on increasingly marginal and residual communities. Under the principal stimulus of competition, CAP and the agro- hydro power business and its increasingly modern apparatus, they have had higher production and productivity, a fact that has implied a greater concentration of production and property and a growing proletarianization of peasants and small farmers. Within this context, the research aims to understand how the European agricultural policy and the (water commercialization) have encouraged the insertion of non-agricultural activities in the field, leading the rural workers to a job whose purpose is use-value over exchange-value.

Keywords: CAP. Agro- hydro business. Agricultural. Rural. Agricultural.

LA INSERCIÓN DE LAS ACTIVIDADES NO AGRÍCOLAS EN EL CAMPO A PARTIR DE LA PAC (POLÍTICA AGRÍCOLA COMÚN) Y DEL AGRO-HYDRONEGOCIO

Resumen

Los modelos agrícolas que han orientado el campo en el contexto contemporáneo, a ejemplo de la *PAC* Europea (Política Agrícola Común) y del *agro-hidronegocio* en el polo Juazeiro/Petrolina, son modelos de cultivo contradictorios y antagónicos, ya que al mismo tiempo que fomentan la agricultura empresarial y competitiva, simulan proteger a la agricultura familiar, cada vez más marginal y residual. Bajo el estímulo de la competencia, la *PAC* y el *agro-hidronegocio* con aparatos cada vez más modernos ha elevado su producción y productividad, hecho que ha implicado en mayor concentración de la producción y propiedad, además de una creciente proletarianización del campesinado y de los pequeños agricultores. Dentro de ese contexto, la investigación fue norteada por el objetivo de entender cómo la Política Agrícola Europea y el *agro-hidronegocio* han fomentado y

¹ Professora Adjunta do curso de Geografia e do PPGFPPi – Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores e Práticas Interdisciplinares - Universidade de Pernambuco/Campus Petrolina. E-mail: aurea.souza@upe.br.

aun fomentan la inserción de las actividades no agrícolas en el campo, llevando a los trabajadores en el espacio rural a un trabajo cuyo propósito no es de valor de uso sino valor de cambio.

Palabras clave: PAC. Agro-hidronegocio. Agrario. Agrícola. Rural.

1 Introdução

O aumento da produção agrícola nos países da União Europeia por meio da política da PAC (Política Agrícola Comum), desde sua entrada em vigor em 1962, esteve focado na intervenção dos preços mínimos mediante preços de compra garantidos por parte do Estado, mesmo em caso de excedente de produção. Contudo, o alto custo dessa política conduziu reformas no interior da PAC nos anos de 1992, 2003, 2007, que se juntaram às negociações de liberação do comércio agrícola mundial em uma mercadoria, com foco na modernização da agricultura, ou seja, no desenvolvimento rural entendido como a inserção de atividades não agrícolas no campo.

O aumento da produção, produtividade e do emprego por políticas como PAC e Agro-Hidronegocio² viria como a garantia aparente da eliminação da questão agrária e da melhoria da qualidade de vida dos pequenos produtores camponeses, agricultores familiares e sem-terra que, além de terem mais alternativas de trabalho, estariam diante de um rural plural - um rural multifuncional em que o agricultor executa diversas funções fora da agricultura e pecuária. Essa realidade, ou seja, *boom* da produção, conseqüentemente, o *boom* do consumo de produtos supérfluos da cidade no espaço rural, por conta desse “novo” no campo, tem causado o avesso da fartura alimentar, razão que conduz a um questionamento: “Então, o que orienta a trajetória geográfica dos desdobramentos das crises e como os impactos locais e as respostas de políticas no âmbito local se relacionam com as dinâmicas globais”?

O entendimento de um rural plural de forma mundial tem fortalecido um desenvolvimento geográfico cada vez mais desigual na medida em que políticas criadas, como a PAC, guiada pelo livre comércio, tem recorrido a cultivos que essas mesmas não produzem por exigir muita terra e água, como é o caso da soja no cerrado e a manga no Polo Juazeiro/Petrolina, Região Nordeste do Brasil – territórios apropriados pelo capital, denominado por Thomaz Junior (2010) de polígono do Agro-Hidronegocio em extensão à denominação agronegocio. Essa dinâmica global expulsa os trabalhadores da terra e, diante da

² Neste trabalho é analisado como uma necessidade do capital por terras planas, férteis e com disponibilidade hídrica, aptas à mecanização, portanto, fecha o ciclo das decisões para formatar seu projeto de controle do território, por meio do qual expropria populações originárias, se apoderando da terra e também da disponibilidade de água. Baseado em THOMAZ JÚNIOR (2010).

disseminação da informalidade o tornam assalariados precarizados mesmo diante da tecnologia, justamente, porque a garantia da terra e da água são, definitivamente, elementos indissociáveis para o capital, isto é, a água historicamente vinculada ao acionamento dos pivôs-centrais e à irrigação das grandes plantações para exportação, num ritmo de destruição sem limites.

A metodologia da pesquisa tem como princípio a garantia da leitura processual da dinâmica dos movimentos internos inscritos na totalidade das relações sociais mundiais, sendo estruturada em torno de quatro eixos de operacionalização: a organização de uma pesquisa bibliográfica a respeito do conteúdo, a construção de um banco de dados a partir das análises das entrevistas, a realização de trabalhos de campo tanto no Polo Juazeiro/Petrolina - Sertão nordestino-Brasil como em Portugal, totalizando 90 entrevistas, envolvendo empresas agrícolas exportadoras de frutas, empresas estatais, pequenos produtores, trabalhadores assalariados e grupos empresariais ligados ao ramo alimentício. Para os referidos eixos foram desenvolvidas práticas de campo, que se definiram em análise qualitativa/quantitativa por meio da aplicação de questionários e do levantamento estatístico, como também no resgate de experiências de vida e de trabalho a partir de instrumentos qualitativos como entrevistas, depoimentos e consultas de documentos.

2 As atividades não agrícolas no campo

Desde a origem da PAC aos dias atuais, é dada ênfase à modernização da agricultura de modo que a produção aumenta cada vez mais. O agro-hidronegócio implantado nos países da América Latina, de procedência na Europa, não poderia ter outro objetivo que não fosse produzir em larga escala. Em ambos, aqueles que mais produzem têm auxílio garantido por parte do Estado.

Para os representantes da Comunidade Econômica Europeia, hoje, União Europeia, o incentivo à alta produção no campo significava e significa *ordenamento do território*, que equivale à ordem, ao domínio, ao controle, à definição de fronteira, ao espaço produtivo³.

A partir de 1988, os países membros da PAC reestruturaram o conceito de *ordenamento do território* e organizam uma comissão responsável pelos novos rumos do rural na Europa. A referida comissão cria o documento “O Futuro do Mundo Rural” e, dentro dele, o programa Desenvolvimento Rural que, ano a ano, foi aprimorado. No período de 2007 a 2013, ele deveria

³ Conceito baseado em notas de sala aula da disciplina: Mundo Rural e Desenvolvimento na Europa, ministrada pelo prof. Dr. Luiz Manoel da Costa Moreno. UL - Lisboa – Portugal, 09.10.12.

concentrar-se em três áreas, designado “eixos temáticos”: **a)** aumento da competitividade do setor agrícola e silvícola; **b)** melhoria do ambiente e da paisagem rural; **c)** promoção da qualidade de vida nas zonas rurais e da diversificação econômica. Para garantir uma aplicação equilibrada dessa política, os Estados-Membros e as regiões devem repartir o financiamento destinado ao desenvolvimento rural entre esses três eixos temáticos, da seguinte maneira: pelo menos, 10% do seu orçamento ao fomento da *competitividade* dos sectores agrícola e florestal, 25% à melhoria do *ambiente* e do mundo rural e, 10% à *diversificação* da economia rural⁴.

Para Abramovay (2012), o futuro das regiões rurais está na revalorização das regiões interioranas, um dos mais importantes fenômenos demográficos, sociais e culturais do início do milênio. Para o autor,

nossa civilização habituou-se a enxergá-las como local da produção agropecuária, no qual os imperativos da eficiência seriam incompatíveis com a manutenção de um tecido social rico e diversificado. Os últimos anos vêm mostrando fontes de desenvolvimento associadas não só à manutenção da integridade ambiental e paisagística das regiões interioranas, e uma imensa capacidade de organização para fazer destes atributos as bases da geração de ocupação e renda. A explosão do ecoturismo e do turismo rural é apenas um exemplo deste processo. (p.1).

Com esse programa, o *ordenamento do território* continuaria a ser um espaço preparado para produção; contudo, com novas características, pois apoiar a agricultura já não era tão importante. A prioridade passa a ser um campo “multifuncional”⁵ em que o proprietário é um guardião da passagem (turismo rural), desenvolve a pecuária, faz parcerias com as Universidades etc. Abramovay (2012) defende que a multifuncionalidade é um tema que os europeus estão trazendo para a discussão da OMC - Organização Mundial do Comércio. Consiste no fato de que as sociedades contemporâneas vão retribuir ao agricultor por atividades que o mercado é incapaz de pagar, como a preservação ambiental, por exemplo. Assim, o grande produtor continua sua produção em larga escala custeado pelo Estado ao passo que recai sobre o pequeno produtor a tarefa de preservar o meio ambiente. O próprio autor considera um duplo desafio para União Europeia: manter seu lugar no mercado mundial e atender a uma pressão crescente de sua opinião pública por definições de políticas voltadas ao desenvolvimento rural.

⁴ Dados disponíveis em: http://ec.europa.eu/agriculture/faq/rurdev/index_pt.htm. Acesso em: 02.11.12.

⁵ A agricultura *multifuncional* é aquela que tem várias funções para além da função da produção, as quais resultam da própria produção agrícola como – paisagens, ecossistemas, relações sociais e aspectos culturais. Disponível em: <http://www.quercus.pt/scid/webquercus/defaultArticleViewOne.asp?categoryID=631&articleID=1782>. Acesso em: 27.10.12. El concepto de *multifuncionalidad* se utiliza por primera vez en la Conferencia de las Naciones Unidas sobre Medio Ambiente y Desarrollo celebrada en Río de Janeiro en 1992 (Cumbre de Río). A partir de este momento se multiplican los estudios y las aproximaciones teóricas a dicho concepto. (SERRANO, 2007).

Conforme o autor, mesmo que a multifuncionalidade encubra interesses protecionistas, traz à tona perguntas mais interessante: O que querem as sociedades contemporâneas de seu meio rural? Apenas produção agropecuária? Segundo Abramovay (2012), a resposta dos europeus e as políticas que eles têm colocado em prática mostram que o meio rural pode oferecer um conjunto de bens, de serviços e de valores fundamentais para a civilização do século XXI.

A multifuncionalidade é uma realidade europeia, criada em plenas reformulações da Política Agrícola Comum, para atender aos objetivos da Organização Mundial do Comércio. A União Europeia, para não enviar diretamente subsídios para a produção agrícola, criou a agricultura multifuncional difundida pela Agenda 2000, cuja produção volta-se em especial, para a proteção ambiental. Sendo assim,

De hecho, los planteamientos de la Agenda 2000 favorecen a las explotaciones de mayores dimensiones, en aras de la competitividad y la productividad, y a los sistemas agrarios de Europa continental, mientras que las explotaciones familiares de pequeño y mediano tamaño y la agricultura mediterránea (hortalizas, frutas, vino, aceite de oliva, algodón) son claramente marginadas. (SERRANO, 2007 p. 4).

A respeito disso, Montiel (2009) explica que a condicionalidade agrária, criada pela PAC, ratifica essa realidade quando menciona que os subsídios passaram a ser condicionados ao cumprimento de determinados critérios não produtivos que visam responder aos cidadãos a respeito de exigências sobre a qualidade dos alimentos e respeito ao meio ambiente. A violação das regras da condicionalidade seria levar a sanções e possível retirada da ajuda. É importante mencionar que a condicionalidade é um instrumento que se encaixa nas medidas incluídas na “caixa verde⁶”, ou seja, permitidas pela OMC. O trabalhador é pluriativo, todavia, na análise de quem é do campo, o Programa é uma afronta porque:

O Governo dá dinheiro às pessoas para não trabalhar. E o resultado foi que as pessoas se habituaram a isso e hoje acham que a agricultura não é um trabalho digno. Para eles, digno é está em um escritório, ser chefe de qualquer coisa. (C. M. Pequeno trabalhador de Loures-Portugal. Pesquisa de campo/13 de outubro 2012).

⁶ O Acordo sobre Agricultura prevê uma redução dos volumes de apoio diferenciada conforme a natureza das ajudas, classificadas em diferentes **caixas** em função da sua capacidade de distorção dos mercados agrícolas, medida pelo seu grau de **dissociação** relativamente à produção. Sendo Assim, tem-se: a **caixa laranja**, também chamada **medida global de apoio** (MGA) junta o apoio associado aos preços com as ajudas não dissociadas da produção e não isentas da obrigação de redução. Devem ser reduzidas 20% em seis anos relativamente ao período de referência 1986-1988; a **caixa azul** - inclui as ajudas ligadas a programas de controlo da oferta, que estão isentas de compromissos de redução: por exemplo, as ajudas diretas por superfície e os rendimentos fixos ou atribuídos para um determinado número de cabeças de gado (caso das **ajudas compensatórias** aprovadas em 1992 pela PAC); A **caixa verde** - compreende dois grupos de apoio. O primeiro diz respeito aos programas de **serviços públicos** (por exemplo, investigação, formação, divulgação, inspeção, comercialização, promoção, infraestrutura, ajuda alimentar interna ou stocks públicos para fins de segurança alimentar). O segundo refere-se aos pagamentos diretos aos produtores totalmente **dissociados da produção**. Disponível em: http://circa.europa.eu/irc/opoce/fact_sheets/info/data/policies/agriculture/article_7214_pt.htm. Acesso em: 01.11.12.

Cruz (2012) chama a atenção no sentido de que o conceito de *pluriatividade* é criado pelos países centrais da PAC, França e Alemanha nos anos 1980, quando há um redirecionamento da política agrícola, fruto da crise de superprodução agrícola dos anos 1970. Nesse contexto, a *pluriatividade* emerge como uma solução alternativa ao estímulo do Estado para que os agricultores direcionassem suas atividades não só para agricultura, mas também que pudessem cuidar da natureza para a atração turística. Com isso, o agricultor passou a executar atividades tanto ligadas à exploração agrícola, como na transformação ou comercialização, quanto a atividades não agrícolas, como turismo, artesanato etc. Nesse cenário, a pluriatividade passou a significar não só uma saída econômica, mas também um meio de vida saudável, interagindo o urbano e o rural, combinando atividades agrícolas e não agrícolas.

O rural pluriativo exige a existência dos três setores econômicos: o primário já existente, agregado ao secundário (agroindústria) e o terciário, que implica núcleos de estudos para o entendimento das necessidades do mercado, extensão rural - formação constante aos agricultores para as novas mudanças, elaboração projetos para os Bancos que têm uma presença marcante no programa dentre outros. O garantidor do programa é justamente o entrosamento, envolvimento dos três setores no campo, a complementariedade das atividades com fortes influências das atividades urbanas. “A resposta dos europeus e as políticas que eles têm colocado em prática mostram que o meio rural pode oferecer um conjunto de bens, de serviços e de valores fundamentais para a civilização do século XXI”. (ABROMOVAY, 2012, p.3).

Para que o “desenvolvimento” ocorra, nos moldes do programa, é preciso que o agricultor tenha interesse partilhado, *governança*, que equivale a ação, reação, pró-ação, proatividade, fazer parceria, cultivos ordenados, planejamento, conjugação de interesses entre o público e o privado⁷. O agricultor é um especialista, um agroempreendedor, para fazer projetos inovadores para, assim, ter acesso ao financiamento.

Segundo os idealizadores desse programa, os agricultores passariam a produzir com qualidade, assim como teriam acesso a outras atividades além da agricultura, anulando qualquer possibilidade de produção em excesso, ou mesmo, dificuldades financeiras. O rural plural proporcionou em toda a Europa uma agricultura de tempo parcial, que significa associar a agricultura com atividades não agrícolas – pluriatividade.

⁷ Conceito baseado em notas de sala aula da disciplina: Mundo Rural e Desenvolvimento na Europa, ministrada pelo prof. Dr. Luiz Manoel da Costa Moreno. UL - Lisboa – Portugal, 23.10.12.

É importante frisar que todas as características do Desenvolvimento Rural da PAC estão sendo aplicadas no projeto Salitre Juazeiro/BA desde a seleção do irrigante, cuja preferência foi para aquele já especializado, a parceria com a empresa privada ao Banco do Nordeste. O mesmo ocorrerá de forma mais intensa no projeto Canal do Sertão em Petrolina PE, uma vez que a parceria privada é indispensável para gerir o projeto.

O referido Programa é analisado por Baptista (2011) ao enfatizar que as transformações ocorridas no campo foram mais veementes nos países do Norte do que nos países do sul da UE. Nesses últimos, a produção de cultivos exigidos pelo mercado fora da realidade das vilas e aldeias, a forte presença da indústria e sistemas agrários com modelos tecnológicos químico/mecânicos tornou o rural frágil porque não se deu a devida importância à questão da terra. Para o autor, no momento em que os projetos, programas etc. forem pensado, tendo com base favorecer a relação da população local com a terra, novos rumos o espaço rural poderá alcançar.

De acordo com Covas (2011), o espaço rural é, na atualidade, cada vez menos, um espaço produtor e, cada vez mais, um espaço produzido⁸. Essa transmutação é feita por agentes citadinos ou urbanos e significa, umas vezes, verdadeira modernização agrária; outras vezes, turistificação, vinícola, oleícola ou cinegética, outras vezes, ainda, simples elementos decorativos para happening cosmopolitas, aproveitando a amenidade de uma barragem, de um rio ou outra linha de água. Tudo isso, para além, obviamente, do “folclore local”, que vende ao turista os “produtos típicos” da região. Segundo o autor, vive-se uma verdadeira artificialização do espaço rural; porém, o que está em jogo não é a quantidade e qualidade dessas incursões urbanas em meio rural, que muitas virtudes terão, mas ausência quase absoluta das associações científicas, técnico-profissionais, sindicatos do mundo agrorural, que se demitem de ter voz própria sobre os problemas que os afetam.

Conforme Vieira e Figueiredo (2011), a *multifuncionalidade* é o ponto de partida de novas estratégias que visam à diversificação econômica das áreas rurais desfavorecidas. Sendo assim, as autoras apresentam a PAR (Produtos Agro alimentares Regionais) e o TER (Turismo em Espaço Rural) como estratégia para o desenvolvimento rural, não de forma isolada porque podem surgir fragilidades, mas “Juntar a Fome à Vontade de Comer”, que significa união, ligação das estratégias exibidas.

⁸ Embora o autor se refira às transformações no espaço em virtude do modelo estabelecido, não tem relação com o conceito de *produção do espaço* utilizado na Geografia tendo como base no materialismo histórico e dialético.

Os investigadores portugueses, Baptista (2011), Covas (2011), Vieira e Figueiredo (2011), de um modo geral, não tecem críticas ao programa “Desenvolvimento Rural”, ao ponto de não perceberem sua viabilidade. O que os autores sugerem a *esse rural* plural são ajustamentos que garantam à população local participarem das atividades instaladas no campo e que obtenham rendimentos com elas. Eles não percebem que são elas que têm dificultado a vida dos trabalhadores no campo.

A reforma de 1992 da Política Agrícola é considerada por Silva (1997) como um avanço por ela tratar seus agricultores de maneira mais abrangente, indo além da ótica meramente produtiva. A introdução de pagamentos compensatórios como um dos instrumentos fundamentais de proteção dos pequenos produtores em regiões desfavorecidas e a eleição da preservação ambiental e do reflorestamento como diretrizes centrais representaram uma possibilidade concreta de reduzir a proteção via preços, que determina o caráter eminentemente produtivista das políticas rurais da comunidade. Para Silva, o avanço dessa reforma consiste no novo paradigma “pós-industrial”, com o ator social consolidado – agricultores de tempo parcial ou *part-time farmer*, que corresponde à liberdade do agricultor de combinar atividades agropecuárias com outras atividades não agrícolas, dentro ou fora de seu estabelecimento, tanto nos ramos tradicionais urbano-industriais, como nas novas atividades que vêm se desenvolvendo no meio rural, como lazer, turismo, conservação da natureza, moradia e prestação de serviços pessoais.

Segundo Abramovay (2012), de certo modo, está havendo no Brasil uma reinvenção do rural, uma vez que o mesmo é, cada vez menos, associado ao estritamente agrícola. E o agrícola, cada vez mais, será marcado por exigências de qualidade, de distinção e de atributos ligados à localização e aos conhecimentos de cada região. Isso já é comum na Europa: o produto rural (agrícola e não agrícola) é valorizado por sua capacidade de exprimir uma tradição, um modo de fabricação em que se recuperam culturas e se colocam à mostra estilos de vida que os habitantes dos grandes centros têm buscado. Esses novos atributos tornaram equivocadas as previsões de que o rural acabaria conforme avançasse o processo de desenvolvimento do capitalismo no campo. Assim como nas cidades não existem apenas indústrias, no meio rural, tampouco, não há só agricultura e agricultores.

As análises dos autores brasileiros: Silva (1997) e Abramovay (2012) partem do princípio de que a política do “desenvolvimento rural” é importante, justamente porque o rural não é mais só agrícola, mas, sobretudo, composto por uma série de atividades que,

conjuntamente, promoverão esse desenvolvimento, um rural multifuncional. Desse modo, os autores acreditam que a realidade europeia pode, perfeitamente, nortear o campo no Brasil.

Os referidos autores, pelos seus escritos, acreditam que o campo se desenvolverá no momento em que o agricultor for pluriativo. Diferente dos portugueses que, ao menos, consideram, está ocorrendo algo errado no rural da Europa, mesmo que acabem sugerindo, de forma mais aprimorada a mesma coisa contida no programa de desenvolvimento rural.

3 As políticas agrícolas e o desemprego no espaço rural

A realidade do rural plural tem se mostrado distante da idealizada pela Comissão Europeia e não poderia ser de outra forma no sistema do capital cuja única finalidade é a subtração da riqueza de quem a produz, por meio das horas não pagas aos trabalhadores. Por essa razão, os idealizadores da PAC veem um campo sem agricultura, sem produzir aquilo que é necessário à alimentação mesmo que parte dos gêneros alimentícios sejam importados. Nesse caso, a terra é utilizada para produção em larga escala para grãos e carnes que só sobrevivem com auxílio do dinheiro público. Sendo assim, o desemprego no campo e na cidade tem aumentado e com ele a fome. Aqueles que resistem no campo vivem o dilema da dupla jornada de trabalho.

Eu gosto do campo, moro no campo, mais é difícil porque não se tem ajuda, é tudo muito complicado. Eu e a família temos uma horta familiar e todos trabalham. Só que não vivemos somente dela, temos que trabalhar em outras quintas e, à tarde trabalhamos na nossa horta para o consumo próprio. Eu trabalho fora das 8h às 17h e quando chego em casa, ajudo na horta. (S.S – empregada em uma propriedade de 5he em Loures – Portugal, pesquisa de campo/12 de outubro de 2012).

A situação evidencia que a *competividade* da agricultura e das florestas, a transformação do agricultor em *empreendedor*, inovador, capaz de fazer parceira pública e privada, associada à inserção das *atividades não agrícolas* e a imposição da globalização dos alimentos, provocou uma insegurança nos países europeus. Galindo (2009) explica que, sob o estímulo da competição, as fazendas mais intensivas e maiores são mais favorecidas em detrimento das pequenas. O que é perseguido e alcançado, nesse modelo, é o desaparecimento das pequenas explorações, uma maior concentração na produção e propriedade, e uma proletarianização crescente dos pequenos agricultores, em um processo que primeiro faz agricultores em tempo parcial e, em seguida, ao assalariamento. O autor destaca que as reformas da PAC “han secundado las políticas internacionales como si fuera una condición ‘inevitable’, impulsando la

desaparición de las pequeñas explotaciones familiares y comunitarias de dentro y fuera de la UE”. (GALINDO, 2009 p. 3).

A respeito do conteúdo, o Jornal da Tarde/RTP⁹ exhibe que Agricultores da Lardosa denunciam dificuldades crescentes. Para eles, em tempo de crise, ter um pedaço de terra para cultivar significa mais uma alternativa para sobreviver. Segundo a reportagem, a verdade é que, no interior do país, por exemplo, no distrito de Castelo Branco em Lardosa, há várias famílias a viverem da agricultura, mas todos dizem também que a situação está cada vez mais complicada.

A mesma matéria ratifica a notícia com as seguintes entrevistas:

Nesse momento sobrevive-se. Desde 12 anos que por gosto vivo no campo porque tirava rendimento, agora não. Já tivemos eu e meu pai 1.200 ovelhas com 13 empregados. Hoje só sou eu e outro. (J.A.- Pecuarista de Lardosa/2012).

Vivemos em três gerações da exploração de pimentos. Mais temos outros recursos que as pessoas não têm, temos o que comer. Não temos dinheiro, mais temos sempre qualquer coisa para comer. Hoje manter a empresa está complicado. Se paga as despesas, tem que ser tudo muito bem gerido, nada de extravagância. (F.S. - agricultora/empresaria de Lardosa/2012).

Os empreiteiros pequenos e outros maiores de poquinho foram fechando tudo. Eles davam emprego aos filhos da terra, mas como fecharam, então os jovens migraram, foram embora trabalhar nas empresas maiores. (J.A.D. - Presidente da Freguesia de Lardosa/2012).

Após as entrevistas, a matéria aponta que o fechamento das empresas e a queda no setor agrícola estão ocorrendo por conta da crise financeira que se abate em toda a Europa. Porém, a reportagem deixa explícito que os primeiros entrevistados vivem no campo, desenvolvendo as mesmas atividades familiares dos seus antepassados, o que leva os jornalistas a concluir, mostrando que, mesmo com dificuldades, a agricultura “sobra” - que significa para os portugueses, um campo que persiste, resiste. Percebe-se, assim, que os referidos entrevistados não realizam agricultura de tempo parcial, resistem no campo diante de todas adversidades.

Eu nasci no campo e fui para a cidade estudar, mais tinha o projeto de voltar ao campo. Meus pais são do campo e quando ia passar férias por lá adorava. Nossa ideia, minha e de meu marido que somos agrônômicos, era um dia poder voltar ao campo porque não gostávamos da cidade, conseguimos voltar e estamos aqui muito contentes. (V. C. Pequeno produtor de Loures - Portugal, pesquisa de campo/13 de outubro 2012).

Notadamente, o rural plural, multifuncional e a pluriatividade são analisadas por autores como Alentejano (1986) quando elucida que é preciso desmistificar as associações tradicionalmente feitas entre rural e agrícola, natural e atrasado e urbano como sinônimo de

⁹ Matéria exibida no Jornal da Tarde RTP/Portugal com as devidas entrevistas apresentadas pelos jornalistas (J. R. V./N. S), em: 23.10.12 às 14h23.

moderno, industrial e artificial. O autor se apoia na terra para afirmar que o rural sempre irá existir, ainda que haja atividades não agrícolas em quantidade superior às atividades agrícolas. Para o mesmo, a natureza do rural está na dimensão econômica, social e espacial das relações dos sujeitos com a terra. Não se pode dizer que há uma forma específica de relação com a terra, que caracteriza o rural em oposição ao urbano, mas sim que, enquanto a dinâmica urbana praticamente independe de relações com a terra, tanto do ponto de vista econômico, como social e espacial, o rural está diretamente associado à terra, embora as formas como essas relações se dão sejam diversas e complexas. Assim,

as relações econômicas passam pela importância maior ou menor que a terra tem como elemento de produção, reprodução ou valorização. As relações sociais incluem as dimensões simbólicas, afetivas e culturais, bem como os processos de herança e sucessão. As relações espaciais estão vinculadas aos arranjos espaciais de ocupação da terra, distribuição de infraestrutura e das moradias. Assim, independe das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviço, das relações de trabalho existentes, sejam assalariadas, pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas as relações, muito diferente da cidade, onde a importância econômica, social e espacial dessa é muito mais reduzida. (ALENTEJANO, 1986 p. 104/105).

Conforme Oliveira (1988), no campo brasileiro, o desenvolvimento avança reproduzindo relações especificamente capitalistas, com a expansão das culturas de produtos agrícolas para exportação no bojo do processo de desenvolvimento da economia na escala global, mas recriou relações de produção não capitalistas como uma das características fundamentais da estrutura agrária brasileira, produzindo, contraditoriamente, o aumento do trabalho familiar no campo e não significou, por exemplo, a extinção do trabalho escravo.

Carlos (2002) explica que o rural continua sendo rural, pois é o conteúdo das relações sociais contidas na cidade e campo que o diferenciam, e essas, hoje, ganham conteúdo em sua articulação com a construção da sociedade urbana, o que demonstra, por exemplo, o desenvolvimento do que chama de **pluriatividade**. No Brasil, a constituição da sociedade urbana caminha de forma inexorável, não transformando o campo em cidade, mas articulando-o ao urbano de um “outro modo”, redefinindo a antiga contradição cidade/campo.

Para Martins (2003), às vezes, o aumento da proporção do excedente é sinal de maior integração no mercado, de maior participação no consumo e de mudanças e melhora nos níveis de vida da população camponesa. Mas, segundo o autor,

o que parece ser o mesmo fenômeno do ponto de vista quantitativo pode ser outro do ponto de vista da qualidade de vida dos camponeses. A redução direta dos meios de vida pode ser um indicio de uma redução até grave nas condições de vida da família

camponesa, sobretudo, no que se refere à alimentação. Nesse caso é apenas momento de desintegração da economia camponesa, de dispersão da família, da migração para aglomerados urbanos, às vezes distantes, e da proletarização. (p.69).

Os autores, Alentejano (1986), Oliveira (1988), Carlos (2002) e Martins (2003) procuram mostrar que a estratégia da agricultura parcial utilizada pelo capital para explorar o trabalho no campo se baseia na justificativa de maior rendimento para as famílias, melhor qualidade de vida, modernização e consumo. Entretanto, essa estratégia não só oculta as particularidades das relações entre rural e urbano, como também recria antigas/novas relações de trabalho como o trabalho familiar por meio de relações de produção não capitalista, trabalho precário e escravo.

Conforme Serrano (2012 p.4), a agricultura de tempo parcial é criada pelo sistema do capital, no momento em que o pequeno produtor encontra-se subordinado à agroindústria.

Por su parte, el mundo rural que se encoge se puede asimilar perfectamente a la agricultura familiar, que constituye la base de las economías rurales y el centro neurálgico de la propiedad, la producción, el consumo y la vida social campesina. Se caracteriza también por la alta intensidad de la mano de obra y la baja densidad de capital y de insumos comprados, la adopción de técnicas y actividades productivas de reducido riesgo y la reproducción de los productores y de la unidad de producción como objetivo prioritario de su actividad. Las explotaciones familiares suelen estar muy poco integradas con la agroindustria y con el modelo agroalimentario global, carecen de información y de nula influencia económica y política y les afecta de modo categórico la creciente diferencia entre los precios que perciben por sus productos y los que deben pagar para comprar los insumos necesarios en la producción. Esta situación les conduce a un endeudamiento asfixiante que amenaza su supervivencia. De ahí la tendencia cada vez más acusada hacia la búsqueda de otras actividades en el medio rural que supongan nuevas fuentes de ingresos para la agricultura familiar (turismo agrorural, ecoturismo, artesanía local, venta de productos típicos o elaborados y presentados de forma particular, oferta de ciertos servicios específicos, entre otras), estrategias alentadas y fomentadas por la propia UE mediante las sucesivas reformas de la PAC y la difusión de nuevos conceptos como los de *multifuncionalidad rural* o *pluriactividad campesina*. Por todo ello se convierte en un sector débil y vulnerable cuando los poderes públicos abandonan a la agricultura a su suerte, cuando se liberaliza el comercio agroalimentario y cuando el mercado al que venden su producción tiene rasgos oligopólicos y está controlado por la agroindustria o por la gran distribución.

A agricultura de *tempo parcial* é uma arma, utilizada pelos capitalistas para terem o controle do tempo livre dos pequenos produtores camponeses ou não, para que eles tenham dupla jornada. Sendo assim, o tempo da família, das festas para celebrar a colheita, da conversa com os vizinhos são transformados em tempo para reprodução do capital.

No polo Juazeiro/Petrolina, o verde proporcionado pela irrigação é vendido em grandes passeios turísticos pelo rio São Francisco, finalizando em visitas às grandes fazendas que, além da produção de manga e uva, estão entrando no comércio do vinho, sendo que uma dessas

fazendas, a *Secchi Agrícola Imp. & Exp, hoje Grand Vale*, está presente nas grandes redes de supermercado em Portugal. Vale enfatizar que, nesse percurso paisagístico, aproximam-se de outra, uma paisagem composta por acampamento de Trabalhadores Rurais Sem Terra e, pelo menos, dois assentamentos: Água Viva e Luiz Nunes.

4 Algumas considerações

Para que haja uma multiplicação da produção sem fim da riqueza, é necessária uma relação entre a escala local, nacional e global. Portanto, a realidade da agricultura irrigada no Polo Juazeiro/Petrolina é determinada pelo comando dos grandes grupos empresariais dos EUA e, particularmente, da Europa que controlam o mercado alimentar como foi sinalizado no trabalho. Contudo, vale reforçar que a quantificação reificante, evidente em todo lugar sob o comando do capital, traz consequências de longo prazo para o exercício empobrecido, alienado e desumanizado das funções do trabalho vivo, porque o desígnio de políticas como a PAC e o Agro-Hidronegócio enfatizam a quantidade e qualidade apenas como um modo ilimitado do capital.

Nesse sentido, as reformas da PAC indicam que a interferência pública tem sido reforçada com políticas agro-rurais, que significa para o Estado, juntar o apoio tradicional da atividade primária, a produção de gêneros alimentícios associados ao desenvolvimento sustentável, o ordenamento do território e da paisagem, a diversificação e revitalização da economia rural ou a produção de energia. Por conseguinte, tornou mais intenso o controle sobre a terra e água, privilegiando as grandes propriedades e a produção em grande escala.

No caso do Polo, esse foi preparado para atender às intensas reformas ocorridas no interior da PAC, que sempre reforçaram a modernização da agricultura e sua transformação em um negócio produtivista cuja finalidade prioritária consiste em abastecer de matéria-prima a indústria processadora de alimentos, transformando o campo em um mercado para indústria de insumos agrícolas, (sementes, fertilizantes inorgânicos, máquinas, herbicidas, pesticidas...).

Sendo assim, a modernização da agricultura, que sempre norteou a PAC, inscreve-se no auxílio à grande propriedade. Todavia, com a consolidação do mercado único em que as fronteiras são eliminadas, houve uma necessidade do capital em homogeneizar as condições de produção, distribuição e consumo. Por essa razão, são criados os selos que atestam a qualidade do produto, sendo aceito no mercado quando esse cumpre todos os requisitos impostos.

Voltar-se para o mundo considerado subdesenvolvido, significa apropriar-se da terra, por meio da monopolização, obrigando a grande e pequena propriedade a produzir de acordo com interesse do país comprador. No caso do Polo Juazeiro/Petrolina, produzir para os países europeus de acordo com as exigências adotadas pela OMC, por conseguinte, pela PAC.

É no discurso de qualidade alimentar que surgem inúmeras empresas em cadeia, especializada em extrair sua parte na renda até o produto chegar ao consumidor. Na Europa, em especial, em Portugal, é evidente a irracionalidade do sistema pela crise financeira que atinge a cidade e o campo. Este último, encontra-se marcado pelo (a): **a)** desaparecimento da pequena propriedade, conseqüentemente dos pequenos produtores familiares; **b)** agricultura de tempo parcial; **c)** presença constante de atravessadores na área dos pequenos produtores, que insistem em viver no campo; **d)** exploração do trabalho no período da campanha da castanha; **e)** migração dos jovens para outros continentes; **f)** presença das empresas privadas nas políticas comunitárias criadas para o campo; **g)** fome.

Os desafios levantados não podem ser resolvidos com mais tecnologias no campo, e sim do ponto de vista social, já que implica o domínio consciente e a regulação em todos os aspectos benéficos das condições de interação criativa humana.

Referências

- ABRAMOVAY, Ricardo. **O futuro do rural**. Entrevista disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/GloboRural/0,6993,EEC597286-2344,00.html>. Acesso em 03.11.12.
- ALENTEJANO, Paulo Roberto R. **O que há de novo no rural brasileiro?** 1.num 15, São Paulo: Terra Livre, 1986.
- BAPTISTA, Fernando Oliveira. **Os contornos do rural**. In: O RURAL PLURAL – olhar o presente, imaginar o futuro. Coor. KASTENHOLZ, Elisabeth. Et al. Alentejo PT. Editora 100LUZ, 2011.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Seria o Brasil “menos urbano do que se calcula?”**. Disponível em: http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp13/Geosp13_R_ensenha_Fani.htm. Acesso em 03.11.12.
- COVAS, António & COVAS, Maria das Mercês. **Futuros do mundo rural português: de espaço produtor a espaço produzido: mercados emergentes e neo-rurais**. In: O RURAL PLURAL – olhar o presente, imaginar o futuro Coor. KASTENHOLZ, Elisabeth. Et al. Alentejo PT. Editora 100LUZ, 2011.
- CRUZ, Suenya Santos da. **O fenômeno da pluriatividade no meio rural: atividade agrícola de base familiar**. no.110. São Paulo: Serv. Soc, 2012. Disponível em:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-66282012000200003&script=sci_arttext. Acesso em: 08.11.12.

GALINDO, Pilar. **Inseguridad alimentaria en el primer mundo. La UE y la PAC.** ECO PORTAL. NET, 2009. Disponível em: <http://www.ecoportall.net/content/view/full/85066>. Acesso em: 23.11.12.

MARTINS, José de Souza. **A Sociedade vista do Abismo.** Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2003.

MONTIEL, Marta Soler. **La Política Agrícola Común de la Unión Europea.** Lunes 19, Revista Pueblo, 2009. Disponível em: <http://www.revistapueblos.org/old/spip.php?article1737>. Acesso em: 23.11.12.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **As Transformações Territoriais Recentes no Campo Brasileiro.** Prova de concurso para o provimento de cargo de Professor Titular. FFLCH.USP, 03/03/1998.

SERRANO, José Antonio Segrelles. **El modelo Agroexportador Latinoamericano y el Modelo Agroalimentario Europeo: conexiones y dependencias.** Texto fornecido diretamente pelo autor em fevereiro de 2012.

_____ **El mito de la multifuncionalidad rural em América Latina.** Actas Latinoamericanas de Varsovia, vol. 29, Instituto de Estudios Regionales y Globales, Universidad de Varsovia, 2007, pp. 159-177. ISSN: 0866-9953.

SILVA, José Graziano da. **O Novo Rural Brasileiro.** Disponível em: http://www.geografia.ffe.ch.usp.br/graduacao/apoio/Apoio/Apoio_Valeria/Pdf/O_novo_rural_brasileiro.pdf. Acesso em: 03.11.12.

THOMAZ JUNIOR, Antônio. O agrohídronegócio no centro das disputas territoriais e de classe no Brasil do século XXI. **CAMPO-TERRITÓRIO: revista de geografia agrária**, v.5, n.10, p. 92-122, ago. 2010.

VIEIRA, Catarina & FIGUEREDO, Elisabete. **Juntar a fome à vontade de comer Ligação entre o turismo rural e os produtos agroalimentares regionais na Serra da Estrela.** In: O RURAL PLURAL – olhar o presente, imaginar o futuro. Coor. KASTENHOLZ, Elisabeth. Et al. Alentejo PT. Editora 100LUZ, 2011.